



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização e assemelhados, conforme condições constantes neste Termo de Referência.

Os serviços consistem no controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

A contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e descupinização necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, moscas, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes porventura existentes nas dependências da Unidade de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

No almoxarifado, localizado em Ramos, há a proliferação do cupim subterrâneo, sendo necessário uma tratativa diferente e direcionada para este caso.

II – DA JUSTIFICATIVA:

O presente processo tem por objeto contratação de empresa especializada, visando à prestação dos serviços de dedetização, desratização, descupinização e assemelhados, nas dependências do INEA e suas Superintendências Regionais.

São aproximadamente 17.000 m² de área patrimonial instalada no estado do Rio de Janeiro. O procedimento justifica-se em razão da necessidade da contínua manutenção das instalações em manter as unidades livres da infestação de pragas urbanas, tornando o ambiente de trabalho insalubre e suscetível à transmissão de doenças tanto para os servidores quanto para o público que busca os serviços das unidades.

Desta forma, torna-se imprescindível a contratação dos serviços visando garantir as condições sanitárias favoráveis ao desenvolvimento das atividades.

III – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Os serviços consistem no controle integrado de pragas como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

A contratada executará os serviços de desinsetização, desratização e descupinização necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, moscas, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes porventura existentes nas dependências da Unidade de

acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

Fica acordada a visita técnica mensal, conforme decisão do CONTRATANTE em função da rotina da unidade, com agendamento prévio e horários restritos, com as datas acordadas previamente, de forma a não interferir na rotina da unidade. A CONTRATADA deverá agendar visita, previamente aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo, apresentar uma programação, na qual deverá constar:

- a) Plano completo de execução dos serviços, descrevendo o diagnóstico da infestação;
- b) Tipo de composto químico a ser utilizado em cada área específica do prédio.

Antes da execução do serviço, a CONTRATADA deve realizar avaliação de cada local, informando a gravidade de infestação de cada área.

A CONTRATADA deve possuir e apresentar certificado ambiental vigente.

A CONTRATADA deverá eliminar e prevenir a proliferação de ratos. A desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas e iscas granuladas, que serão colocadas em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.

A CONTRATADA deverá usar os seguintes métodos:

- **PULVERIZAÇÃO** (feita através da aspersão de inseticida para criar barreira e evitar circulação de insetos como baratas, aranhas e formigas);
- **GEL** (aplicação de gel nas superfícies, dando ênfase nos escritórios, salas e copas);
- **PINCELAMENTO** (é um dos meios de combate a cupins, onde é feita aplicação do produto nos locais afetados a fim de impedir novos focos e eliminar os existentes na madeira ou solo);
- **PÓ DEDETIZADOR** (aplicação nos conduítes).

A CONTRATADA deverá aplicar "**gás**" **nebulizador**, em áreas externas, e a aplicação deverá ser no início do dia (6:00) ou final de tarde (17:00).

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores do Governo, como a ANVISA e sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada.

Através da visita mensal, deverá ser avaliada a necessidade de reaplicação.

Em áreas como copa, cozinha, lixeira e esgoto, o tratamento deverá ser mensal, podendo ser necessário aplicação de reforço.

A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.

As aplicações sustentativas (reforço) serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá proceder aplicação dos produtos não apenas nos ambientes dos prédios, nas também armários, prateleiras, batentes de porta, quadro de luz e demais áreas necessárias.

A CONTRATADA deverá fazer revisões (visitas) a cada 30 (trinta) dias em locais considerados críticos para a proliferação de pragas como: área externa, rede de esgoto, banheiros, depósitos e caixas de gordura, sem ônus ao CONTRATANTE.

Em consonância com o que versa a NOPINEA.16, as empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço e Fixar em local visível o "comprovante de execução dos serviços", contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga (s) alvo;
- d) grupo (s) químico (s) do (s) produto (s) utilizado (s);
- e) nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;
- f) nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;
- g) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;
- h) endereço e telefone da Empresa Especializada.

Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:

- a) Ser preparados e apropriados especificamente para cada local, sendo inócuos à saúde humana e não poderão provocar manchas nos locais de aplicação;
 - b) Ser de boa qualidade, alto alcance de extermínio e que atendam à resolução RDC n. 52 de 22 de outubro de 2009 da ANVISA e demais normas vigentes;
 - c) Estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas vigentes;
 - d) Ser permitidos pela Portaria n. 10/85 e suas atualizações da ANVISA do Ministério da Saúde e que também atendam a Portaria 321/97 do citado órgão;
 - e) Obedecer aos demais parâmetros estabelecidos na Portaria nº10/85-MS/SNVS (atualizada), na Lei 6.360/76, RDC de n. 184/01-ANVISA, RDC de n. 34/2010-ANVISA, RDC de n. 339/05-ANVISA, Portaria DISAD 10/80, Portaria n. 09/MS/SNVS/87, RDC de n. 29/2010-ANVISA, RDC de n. 30/11-ANVISA e demais normas vigentes;
 - f) serem inofensivos a saúde humana;
 - g) nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
 - h) não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004 e a DZ 1004-R8.
- i) Sempre que possível, a dedetização deverá ser uso de equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade, e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos;

No almoxarifado, localizado em Ramos, há a proliferação do cupim subterrâneo, sendo necessário uma tratativa diferente e direcionada para ele, sejam elas:

- Método Sentricon - Diversas estações são instaladas no solo e contêm iscas altamente atrativas para os **cupins subterrâneos**. Eles as levam para dentro do cupinzeiro e causam intoxicações de dentro para fora. Esse tratamento é altamente eficiente para eliminação de membros chaves da colônia, como as rainhas.
- Barreira Química - perfura-se o solo em locais estratégicos (perímetros externo e interno) e aplica-se uma calda cupinícida nos furos, formando uma barreira contra os cupins.

Foi executado um relatório técnico da situação do almoxarifado feito por empresa especializada (Anexo I).

IV - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES

A dedetização, desratização, descupinização e assemelhados serão executadas sob demanda, por m² (metro quadrado) de área construída, conforme local que segue:

Imóvel	Endereço	Área construída (m²)
Sede	Avenida Venezuela, 110 - Saúde - RJ	7702,70
Estacionamento Sede	Avenida Venezuela, 57 - Saúde - RJ	193,00
Subsede	Avenida Marechal Floriano, 45 - Centro - RJ	1865,00
Almoxarifado*	Rua André Pinto, 29 - Ramos - RJ	605,60
Laboratório (GERLAB)	Avenida Salvador Allende, 5500 - Barra da Tijuca - RJ	3200,00
SUPLAJ	Rua Doutor Bernardo de Vasconcelos, 154 - Centro, Araruama, RJ	388,96
SUPLAJ (posto avançado)	Rua Antônio Sampaio, 06 - Parque Riviera, Cabo Frio, RJ	253,00
SUPBG	Avenida Feliciano Sodré, 08 - Centro, Niterói, RJ	283,18
SUPBIG	Estrada do Marinas, 111, casa 12 - Marinas, Angra dos Reis, RJ	451,00
SUPRID	Avenida Conselheiro Julius Arp, 85 - Centro, Nova Friburgo, RJ	516,13
SUPBAP	Avenida José Alves de Azevedo, 483 - Parque Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ	387,32
SUPMA	Rua Punta del Este, 187 - Cavaleiros, Macaé, RJ	373,27
SUPMEP	Rua 1º de Maio, 134 - Aterrado, Volta Redonda, RJ	422,01
SUPPIB	Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis, RJ	727,07
TOTAL		17.368,24 m²

No almoxarifado, além do tratamento tradicional de dedetização, será aplicada técnica compatível para a eliminação de cupins subterrâneos, conforme relatório técnico (Anexo I)

V - IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS

Os serviços são realizados sob demanda e sem obrigatoriedade de consumo mínimo ou imediato.

ID	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
-----------	------------------	--------------------------------	-------------------

121480	SERVICOS DE DEDETIZACAO,DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DESINSETIZACAO , ORIGEM: PESSOA JURIDICA	M2	17.368,24
174259	SERVICOS DE DESRATIZACAO,DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DESRATIZACAO , ORIGEM: PESSOA JURIDICA	M2	17.368,24
156159	SERVICOS DE DESCUPINIZACAO,DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DESCUPINIZACAO , ORIGEM: PESSOA JURIDICA	M2	17.368,24
181329	SERVICOS DE DESCUPINIZACAO,DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESCUPINIZACAO DE CUPINS SUBTERRANEOS COM TRATAMENTO QUIMICO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA	SERVICO	01

VI – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços de desinsetização, desratização e descupinização serão realizados mediante prévio agendamento junto ao Serviço de Controle Predial – SECOP no telefone (21) 2334-9466/9620, e também pelo e-mail: secop.inea@gmail.com.

Os serviços poderão ser agendados de segunda a sábado.

As visitas técnicas para verificação e reaplicação serão realizadas mensalmente. Tendo em vista que o controle de vetores e pragas urbanas deve ser realizado por conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade mensal, visando a impedir, de modo integrado, que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente. As aplicações decorrentes de ineficácia dos serviços prestados são tratadas no item XI, e, e no item XV deste Termo de Referência e não afetam o quantitativo estimado.

1. Serviço de desinsetização: para os serviços de desinsetização contra pragas, baratas, moscas, traças, percevejos, aranhas, formigas, larvas de mosquitos, escorpiões e outros insetos rasteiros deverão ser utilizados inseticidas de categoria toxicológica III.
2. Serviço de desratização: colocação de cochos com raticida nas áreas externas e internas dos edifícios.
3. Serviço de descupinização: deverão ser executados nas portas, divisórias, armários, estantes e demais itens de madeira após criteriosa vistoria a fim de identificar o tipo de cupim infestante.

No prazo de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho a CONTRATADA deverá apresentar um Planejamento de Atividades para apreciação ao Serviço de Controle Predial.

A CONTRATADA deverá preencher formulário próprio para cada atendimento, mencionando o endereço onde foi executado o serviço, dia, horário e tipo de serviço. O formulário apenas terá validade se assinado e atestado pelo servidor responsável e/ou indicado para acompanhar a execução do serviço.

VII – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30

da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

O licitante deve estar devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente, podendo ser municipal, regional, estadual ou distrital a que município pertença, em plena validade, conforme Art. 5º da Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 .

VIII – VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ou de data nele acordada, podendo ser entendido, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais/porções e sucessivos períodos, observando o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, e desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o INEA.

IX – VISTORIA TÉCNICA

A visita técnica é facultativa sendo, no entanto, de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a correta execução do serviço.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa poderá, em caráter opcional, realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, durante o expediente da unidade.

Os licitantes poderão vistoriar as edificações constante no item IV em, no máximo, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista da licitação, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

A vistoria constitui direito da LICITANTE, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, não podendo alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

Esta vistoria tem por finalidade proporcionar a todos os interessados traçar seus planejamentos com base no pleno conhecimento das peculiaridades das instalações, ocasião em que serão proporcionados todos os esclarecimentos quanto aos locais de execução dos serviços e outras informações pertinentes ao objeto.

Através da visita técnica a administração poderá permitir a criação de ações que racionalizem os esforços de mão-de-obra, bem como de material e de tempo das operações, gerando redução de custos e prazos, evitando-se assim a inconveniência de serem oferecidas propostas com escopos em desacordo com os termos previstos neste Instrumento.

Na ocasião, após a realização da visita, o visitante receberá um Atestado de Visita.

O prazo para vistoria inicia-se imediatamente no dia útil seguinte à publicação do Edital, e para a realização da vistoria, o representante deverá estar devidamente identificado.

É facultado às empresas interessadas comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, para a perfeita execução dos serviços.

A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus da empresa interessada, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório para fins de exame de habilitação.

A empresa que fizer a opção de não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, ora objeto da contratação, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual, como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do Contrato, atrasos na implementação ou alterações do objeto contratual.

Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração da empresa no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução.

O agendamento para a realização da vistoria deverá ser feito com o Serviço de Controle Predial do INEA, por meio do telefone (21) 2334-9466, ou através do email secop@inea.rj.gov.br no horário de 10h às 12h e 14h às 16h.

X – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução dos serviços no edifício sede do Inea será acompanhada por servidor lotado no Serviço de Controle Predial – SERVCOP.

Caberá ao SERVCOP informar à CONTRATADA nome e contato do servidor indicado para acompanhar a execução dos serviços nas unidades descentralizadas, sendo facultativo o acompanhamento por próprio servidor do SERVCOP, caso assim o julgue conveniente.

A CONTRATADA deverá preencher formulário próprio para cada atendimento, mencionando o endereço onde foi executado o serviço, dia e horários de início e conclusão das tarefas. O formulário apenas terá validade se assinado e atestado pelo servidor responsável e/ou indicado para acompanhar a execução do serviço.

XI – DO PAGAMENTO:

O pagamento será feito em faturas apresentadas mensalmente.

Por ocasião da emissão da fatura a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato a Nota Fiscal referente ao período a que se pretende o pagamento acompanhada dos formulários mencionados no item VI devidamente assinados e atestados pelo(s) servidor(es) responsável(eis) e/ou indicado para acompanhar a execução do serviço

A contratada deverá apresentar a garantia de 5% do valor do contrato após a assinatura do instrumento e o objeto não poderá ser subcontratado.

A empresa poderá solicitar o reajustamento de preços na atualização do INPC – Índice de Preços ao Consumidor ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

“Art. 1º- Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

VII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;

Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFETANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009.

A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;

O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;

A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;

Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;

O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;

As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;

As embalagens vazias de produtos, que não apresentam solubilidade em água, não devem passar por tríplice lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;

A CONTRATADA fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital

A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do cliente;
- Endereço do imóvel;
- Praga(s) alvo;
- Data da execução dos serviços;
- Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- Orientações pertinentes ao serviço executado;
- Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;
- Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;

No Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço;

A CONTRATADA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;

Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela CONTRATADA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;

A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei nº12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN nº 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Prestar os serviços contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;

Apresentar, até 15 (quinze) dias úteis antes de iniciar efetivamente a execução, CRONOGRAMA FÍSICO das tarefas que realizará ao longo do período de contrato, consoante este Termo de Referência, para aprovação do Fiscal do Contrato, informando os locais que serão atendidos;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Cumprir o cronograma dos serviços programados na sua íntegra, não deixando serviços incompletos e/ou mal acabados;

Em casos emergenciais, proliferações repentinas, a CONTRATADA deverá atender ao pedido em até 48 (quarenta e oito) horas após notificação pelo Fiscal do Contrato;

Refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) contados do recebimento da notificação pelo Fiscal do Contrato, sem ônus extra ao CONTRATANTE;

Apresentar os empregados aplicadores devidamente identificados mediante uso permanente de crachás, com fotografia recente e nome visível munidos dos respectivos EPI's;

Concluído os serviços a CONTRATADA deverá deixar os locais em perfeito estado e condições de funcionamento, sendo responsável por problemas que surgirem decorrentes da má execução do serviço;

Efetuar o recolhimento de quaisquer embalagens e materiais utilizados na execução dos serviços fins de destinação final ambientalmente adequada.

Fornecer o comprovante de execução de serviços contendo as informações mínimas conforme Art. 50 da Resolução RDC 52, de 22/10/2019 da ANVISA.

Realizar reaplicação ou realizar mudança de produto quando comprova-se a não eficiência do serviço realizado.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Assegurar-se de boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos;

Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos deste Termo de Referência;

Designar servidor para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências em livro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada (preposto).

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

X - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A garantia para os serviços prestados deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses com revisão mensal.

XI – DAS PENALIDADES:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório, e especificamente à:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa;

XII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN) subordinado à Coordenadoria Executiva e de Planejamento (COOEXEC).

FONTE:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Trocolli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 25/04/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Adjunto**, em 25/04/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **50018287** e o código CRC **9073F9AC**.

Referência: Processo nº SEI-070002/006764/2023

SEI nº 50018287

Avenida Venezuela, 110, 4º andar - Bairro Saúde, @cidade_unidade@/RJ, CEP 20081-312
Telefone: